

Boletim da COP-28



Boletim Especial COP28

O Brasil na COP28

Durante a abertura da Conferência do Clima, o Brasil chegou aos Emirados Árabes Unidos pressionado por conta de alguns fatores, entre eles a aprovação pelo Senado, na véspera do início da Conferência, de Projeto de Lei que flexibiliza a autorização para uso de pesticidas no Brasil, cujo texto segue para sanção presidencial.

A Pauta Verde, sinalizada como a concretização das iniciativas do Brasil na descarbonização, não foi aprovada em sua totalidade. Houve ainda a sombra do ingresso do país na OPEP+ e a frustração pela falta de aprovação da regulamentação do mercado de carbono no Brasil.

Entretanto, a participação brasileira vem sendo considerada como positiva na defesa das florestas, dos povos indígenas e na assinatura da declaração sobre sistemas alimentares e agricultura.

Ainda, o Brasil conseguiu comprovar a redução no desmatamento da Amazônia no último ano e demonstrar a preocupação do país com a descarbonização, ao apresentar a discussão dos últimos detalhes do mercado regulado de carbono.

Os discursos do Presidente Lula durante o evento exploraram esses temas. Ele afirmou que o “Brasil ajustou a sua NDC e se comprometeu a reduzir 48% das emissões até 2025 e 53% até 2030, além de atingir a neutralidade climática até 2050” e condenou os esforços de alguns países “em guerrear, fazendo associação com as emissões de carbono”.

Na mesma linha, o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, afirmou que “no cenário global contemporâneo, estarão na dianteira aqueles que estiverem verdadeiramente prontos para os desafios desse novo tipo de desenvolvimento, em que se terá de conjugar o cumprimento de metas de descarbonização, a transição energética, a redução de emissões e o manejo sustentável dos recursos naturais”.

Em live com dez ministros, Lula ressalta ganhos ao Brasil

Em live com dez ministros, o presidente Lula fez um balanço dos ganhos do Brasil com sua recente série de viagens internacionais, destacando avanços significativos em várias áreas, como economia, infraestrutura, agricultura, indústria, trabalho, gestão, comunicação e participação social.

A live destacou o reforço nos investimentos árabes no Brasil, a abertura de mercados para o agro, e avanços na questão ambiental, especialmente a preservação da Amazônia, apresentados na COP28.

Além disso, foram discutidas parcerias extensivas com a Alemanha, o papel crucial da ApexBrasil na união entre setores público e privado, e a importância da posição do Brasil no cenário internacional, com foco na transição ecológica e energética, segurança alimentar, e diplomacia. O presidente Lula ressaltou a importância de o Brasil expressar sua grandeza e potencial no cenário geopolítico global, evidenciando os resultados positivos das viagens.

Entraves ao Acordo Mercosul - UE

Os debates na COP28 contra o desmatamento e seus efeitos no aquecimento global podem se refletir diretamente nas diretrizes do Acordo Mercosul-UE. Se por um lado, a maior parte dos países assume publicamente o compromisso pela redução de emissões, por outro questões como o **texto desatualizado** e o **protecionismo comercial** ainda precisam ser dirimidos.

Em Dubai, a oposição do presidente francês, Emmanuel Macron, ao acordo Mercosul-União Europeia ganhou destaque. Ele mostrou preocupação com a competição desleal para produtores europeus. Em resposta, o presidente Lula argumentou que as preocupações da França são **mais sobre proteção comercial do que meio ambiente**. Além disso, o cancelamento da visita do comissário de comércio da União Europeia ao Rio sugere que o acordo pode não ser finalizado este ano.

Com negociações em andamento há mais de 20 anos, o acordo ainda enfrenta incertezas, em especial com a postura da Argentina sob a liderança de Alberto Fernández e do futuro presidente Javier Milei. O presidente paraguaio, Santiago Peña, expressou a necessidade de concluir as negociações, e o presidente Lula demonstra determinação em perseguir o acordo.

Outros fatores complicadores incluem a **troca de presidência da União Europeia**, com a Espanha, atual defensora do acordo, cedendo lugar à Bélgica, que enfrenta resistência interna. Apesar desses desafios, fontes brasileiras permanecem otimistas, prevendo a possibilidade de uma conclusão rápida das negociações no início de 2024. O cenário geral ainda é visto como favorável, embora exista um otimismo cauteloso.

Compromissos com a Alemanha

De Dubai, a comitiva brasileira, formada pelo Presidente Lula e principais Ministros, partiu para a Alemanha, onde foram assinados **19 acordos de cooperação**, especialmente relacionados ao **meio ambiente, bioeconomia, desenvolvimento e desigualdades sociais**.

A viagem incluiu debates sobre avanços econômicos, investimentos do Novo PAC, proteção ambiental e o papel do Brasil no G20.

As negociações do acordo Mercosul-UE, conflitos globais e democracia também foram temas de discussão. Lula destacou o potencial do Brasil na transição energética e nas negociações ambientais internacionais.

Entre os acordos assinados, destacam-se a cooperação em transformação ecológica, integridade da informação, pesquisa e desenvolvimento de energias renováveis, ciência e tecnologia, e projetos conjuntos com instituições alemãs em áreas como bioeconomia e biossegurança.

“Venho a Berlim, diretamente da COP28 em Dubai, para presidir, ao lado do meu amigo Olaf Scholz, a segunda Reunião de Consultas Intergovernamentais de Alto Nível. (...) Vamos reforçar a robusta cooperação na área ambiental, que inclui o Fundo Amazônia e muitos outros projetos. Queremos atuar juntos na promoção da industrialização verde, a agricultura de baixo carbono e a bioeconomia.”

Lula, Presidente do Brasil

Balanço Parcial



Brasil faz balanço otimista

Negociador-chefe do Brasil na COP28, o embaixador André Corrêa do Lago demonstrou otimismo ao fazer um balanço da conferência em Dubai. Destacou a **aprovação do fundo de perdas e danos, o protagonismo do presidente Lula nas discussões e a crescente urgência global em relação às mudanças climáticas** demonstrada nos debates e painéis.

O embaixador enfatizou a expectativa de que o presidente Lula exerça um papel único, liderando o G20, BRICS e a COP30, e ressaltou a importância do balanço geral do Acordo de Paris ao final da COP28, visando orientar discussões futuras sobre financiamento climático. Até o momento, a conferência resultou em mais de US\$ 57 bilhões para investimentos em iniciativas climáticas, abrangendo diversas áreas.



Coletiva de
Imprensa na
COP28



Os quatro primeiros dias da COP28 resultaram em mais de US\$ 57 bilhões para investimentos voltados à agenda climática por parte dos atores envolvidos no evento.



- **Fundo de Perdas e danos:** US\$ 725 milhões
- **Fundo Verde para o Clima:** US\$ 3,5 bilhões
- **Energia Renovável:** US\$ 2,5 bilhões
- **Tecnologia:** US\$ 568 milhões
- **Metano:** US\$ 1,2 bilhão
- **Financiamento Climático:** mais de US\$ 30 bilhões dos Emirados [Árabes Unidos (mais US\$ 200 milhões em Direitos de Saque Especiais e um aumento anual de US\$ 9 bilhões do Banco Mundial)]
- **Alimentação:** US\$ 2,6 bilhões
- **Natureza:** US\$ 2,6 bilhões
- **Saúde:** US\$ 2,7 bilhões
- **Água:** US\$ 150 milhões
- **Alívio, Recuperação e Paz:** US\$ 1,2 bilhão
- **Ação Climática Local:** US\$ 467 milhões

Principais Eventos





Ministério da Agricultura apresenta agropecuária sustentável na COP28

Durante a COP28, o presidente Lula deu destaque ao Ministério da Agricultura, liderado por Carlos Fávaro, na agenda internacional do governo. As ações do ministério foram centrais nas reuniões bilaterais e tiveram um papel proeminente na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. O foco foi a promoção de uma agricultura sustentável pelo Brasil.

Uma iniciativa-chave levada pelo governo à COP28 foi o Programa Nacional para Conversão de Pastagens Degradadas.

O projeto planeja incorporar aproximadamente 40 milhões de hectares à atividade produtiva, com um investimento estimado em US\$ 120 bilhões ao longo de 10 anos. O objetivo é aumentar a incorporação de terras para a agricultura de 1 milhão para 4 milhões de hectares anualmente.

Além disso, o ministério busca destacar na COP28 o compromisso da agropecuária brasileira com a redução de emissões de gases de efeito estufa, através de ações e tecnologias energéticas sustentáveis.

“O programa de conversão de pastagens em áreas agricultáveis vai permitir com que o Brasil possa não só dobrar a produção, mas dobrar a geração de empregos, de oportunidades, e com uma diferença: não sobre a floresta. Será feito sobre as pastagens degradadas e com uma velocidade muito maior do que já tivemos até agora”.

Carlos Fávaro, Ministro da Agricultura e Pecuária

Brasil e Alemanha lançam projeto para promover a agropecuária sustentável na Amazônia

O MAPA e a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ) lançaram, em parceria, o Projeto **“Transparência e Sustentabilidade em Cadeias Produtivas na Amazônia”** (ProTS), para a recuperação de áreas degradadas e o uso de sistemas integrados e boas práticas de produção na Amazônia Legal. Com orçamento de 3 milhões de euros, será implementado, inicialmente, na região do Território Madeira-Mamoré, em Rondônia.

As ações previstas no ProTS incluem:

- Sensibilização e capacitação dos produtores sobre as vantagens da produção sustentável;
- Apoio técnico aos produtores para a adoção de práticas sustentáveis;
- Certificação de estabelecimentos rurais utilizando instrumentos de sustentabilidade e transparência reconhecidos.
- O projeto é um importante passo para o Brasil cumprir suas metas climáticas e promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Pecuária Sustentável no Pará

No Painel “Promovendo uma ação climática ambiciosa e multinível”, o Governador do Pará, Helder Barbalho, anunciou o **Programa de Integridade e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pecuária de Bovídeos Paraenses**. O programa prevê que a identificação individual e a rastreabilidade do gado paraense tenham suas etapas de implementação concluídas até 2026.

Como apoio ao programa, a empresa JBS anunciou o investimento de R\$ 43 milhões nos próximos três anos. O Bezos Earth Fund também vai cooperar com R\$ 80 milhões. Os recursos serão aplicados na construção de incentivos para a adesão de produtores ao programa de rastreabilidade.



“É plenamente possível a gente manter a floresta intacta e ter terra para plantar o que a gente quiser com o avanço da genética, da engenharia. Esse programa prevê a recuperação de quase 40 milhões de hectares de terras degradadas. A gente vai poder praticamente dobrar a produção em mexer em nenhum bioma nosso”.

Lula, Presidente do Brasil



Governo anuncia o Mais Inovação Brasil

Durante a COP28, foi anunciado pela ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, um investimento de R\$ 20,85 bilhões do Governo Federal em projetos focados em **transição energética, bioeconomia, infraestrutura e mobilidade**.

Esse aporte financeiro será realizado através de cinco editais do programa Mais Inovação Brasil:

- Mais Inovação Energias Renováveis;
- Mais Inovação Bioeconomia;
- Mais Inovação Infraestrutura;
- Mais Inovação Aviação;
- Mais Inovação Mobilidade.

Além dos editais, o ministério apresentou a plataforma **SIRENE**, uma importante ferramenta pública que vai receber os inventários de emissões de gases de efeito estufa de organizações públicas, privadas ou do terceiro setor de todos os segmentos econômicos.

A plataforma, desenvolvida em parceria com a CNI e em colaboração com cerca de 40 instituições, foi financiada por uma parceria Brasil-Alemanha, e faz parte do compromisso do Brasil de reduzir significativamente suas emissões de GEE até 2030.

"São cinco editais, todos focados no debate da transição energética. Nós não temos como enfrentar o aquecimento global, a mudança climática, sem ciência e sem tecnologia".
Luciana Santos, Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação







MDIC assina declaração conjunta pela descarbonização

Durante a COP28, o secretário de Economia Verde do Brasil, Rodrigo Rollemberg, representou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) na assinatura da

Declaração Conjunta para Apoio ao Financiamento da Transição Justa e Verde-energética.

A declaração, também assinada pelo **ONU-Habitat**, **UNCDF** e **Instituto Blend de Pesquisa e Gestão em Finanças Sustentáveis**, visa promover a transição energética verde e justa no Brasil.

O acordo prevê a criação de uma força-tarefa, incluindo fundos soberanos, financiadores, universidades e sociedade civil, para implementar medidas de transição energética em áreas acordadas. Rollemberg destacou a abundância de energia limpa e barata do Brasil e a solidez do seu sistema jurídico e democrático, enfatizando a necessidade de apoio dos países desenvolvidos ao potencial brasileiro na descarbonização global.





Fazenda apresenta Plano de Transformação Ecológica e Taxonomia Sustentável

O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou o Plano para a Transformação Ecológica do governo brasileiro, que prevê investimentos de US\$ 130 a US\$ 160 bilhões anualmente ao longo da próxima década, com potencial de gerar entre 7,5 e 10 milhões de empregos em setores como bioeconomia, agricultura e infraestrutura.

Focado em novas linhas de crédito para desenvolvimento sustentável, aperfeiçoamento do ambiente regulatório, licenciamento ambiental, e melhoria de concessões e parcerias público-privadas, um dos pontos-chave é a regulamentação do mercado de carbono, ainda pendente de votação no Congresso Nacional. Outros aspectos do plano incluem a promoção de combustível de aviação sustentável (SAF), "diesel verde" e o desenvolvimento do setor de hidrogênio renovável. Haddad também mencionou que o Brasil, como presidente do G20, apresentará essas iniciativas e levará quase uma centena de propostas relacionadas à COP30 em Belém (PA).

Destaque também para a Taxonomia Sustentável Brasileira, um sistema de classificação para avaliar a sustentabilidade de atividades econômicas e investimentos, abordando aspectos ambientais, sociais e de inclusão, e liderado pela subsecretária Cristina Fróes Reis, que deve ser lançado em breve.





TCU anuncia **Climate Scanner**

O TCU apresentou esta semana o **Climate Scanner**, uma ferramenta desenvolvida em conjunto com 17 países, destinada a auxiliar instituições superiores de controle (ISCs) na auditoria de ações governamentais contra mudanças climáticas.

O Climate Scanner foca em três eixos: financiamento, governança e políticas públicas, permitindo **avaliações objetivas e comparativas do desempenho dos países em ações climáticas**.

O presidente do TCU, Bruno Dantas, destacou a importância de estabelecer métricas uniformes e aplicáveis globalmente para avaliar os esforços contra as mudanças climáticas.

Com a presidência do Brasil na Intosai, a ferramenta visa retomar o protagonismo brasileiro na agenda ambiental. O TCU planeja implementar a ferramenta no Brasil em 2023 e apresentar os resultados na COP29 em 2024. O lançamento oficial do Climate Scanner está previsto para o início de 2024 em um evento na sede da ONU, em Nova York.



Avanço das pautas do Ministério do Meio Ambiente

No painel "Protegendo a natureza para o clima, vidas e subsistência" na COP28, o presidente Lula e a ministra Marina Silva abordaram a importância da conservação das florestas tropicais. Lula destacou a singularidade do evento, optando por ceder a palavra a Marina Silva, que possui experiência direta com a vida na floresta.

Marina ressaltou os esforços do governo brasileiro na proteção ambiental, incluindo a redução significativa do desmatamento e a criação de políticas voltadas para povos originários e quilombolas. Ela enfatizou a abordagem transversal da política ambiental do Brasil, integrando diversos ministérios na agenda ambiental e destacando a coordenação do ministro da Fazenda no Plano de Transformação Ecológica.

Destacou, ainda, iniciativas como o Fundo Amazônia e a colaboração internacional para financiamento da preservação florestal. **A ministra ressaltou que a proteção das florestas é um compromisso global, envolvendo governos, empresas, sociedade e ciência.**

Ela também mencionou o relançamento do **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)**, o lançamento de um **fundo para a preservação de florestas tropicais** com colaboração internacional e outras iniciativas para a promoção de um desenvolvimento sustentável.

Marina e Lula também participaram de reunião com representantes da sociedade civil, momento em que Marina destacou os desafios climáticos globais e a necessidade de ações multissetoriais para limitar o aumento da temperatura global.



“Estamos indo para COP não é para ser cobrados, nem sermos subservientes. É para, altivamente, cobrarmos que medidas sejam tomadas. Porque é isso que o Brasil tem feito.(...) O Brasil tem compromisso com a proteção da floresta, a biodiversidade, com as populações tradicionais e indígenas. Somos o país que tem a obrigação de seguir liderando essa agenda [ambiental]. Infelizmente, tivemos um período em que o avanço foi arrefecido, mas agora está sendo retomado”.

Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas



Protagonismo da Amazônia: aportes e financiamento

O Consórcio Amazônia lançou um plano estratégico de desenvolvimento sustentável, a ser implementado ao longo dos próximos 10 anos. O evento reuniu governadores da Amazônia Legal, que acordaram iniciar a aplicação das linhas de ação a partir do próximo ano. O plano se baseia em três pilares fundamentais: econômico, social e ambiental, estabelecendo mais de 60 metas a serem alcançadas até 2024.

O **Fundo Amazônia** receberá doações, incluindo uma contribuição adicional de R\$ 215 milhões do Reino Unido, para combater o desmatamento. O BNDES lançou o **Arco de Restauração na Amazônia** com um investimento de R\$ 450 milhões, apoiado pelos Fundos Amazônia e Clima, para recuperar áreas degradadas. Além disso, a **Eletrobras** e o **BNDES** investirão R\$ 10 bilhões em projetos de **descarbonização e recuperação de bacias hidrográficas**. O BNDESPar destinará R\$75 milhões a pequenas e médias empresas amazônicas por meio do **Amazon Biodiversity Fund Brazil**. A **Coalizão Verde**, composta por 17 bancos de fomento, planeja investir até US\$ 20 bilhões na região em sete anos.

Parcerias incluem a Mombak e Microsoft para fornecer **créditos de carbono em projetos de reflorestamento**, e um **programa de rastreabilidade do gado no Pará** com apoio financeiro da JBS e Bezos Earth Fund. Finalmente, o presidente francês anunciou a transferência de R\$ 2,68 bilhões para a conservação da Amazônia nos próximos três anos.



**Pauta Verde:
Expectativa de
aprovação Pré-
COP28**

**Desafios para
aprovação das
medidas com
impactos aos
setores produtivos**

**Necessidade de
mais debates entre
os setores, governo
e parlamento**



Lira reforça relevância da **Pauta Verde**

Em evento realizado pela CNI sobre descarbonização da indústria, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, destacou o compromisso da Câmara com a aprovação de projetos da "pauta verde", enfatizando a legislação ambiental avançada do Brasil.

Ele mencionou a recente aprovação de duas propostas importantes: **o PL 2308/23, que cria a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, e o PL 11247/18, sobre o aproveitamento de potencial energético offshore.** Lira ressaltou o papel do hidrogênio verde como "combustível do futuro" e falou sobre outras propostas em andamento, incluindo a regulamentação do mercado de créditos de carbono, o Programa de Aceleração da Transição Energética e práticas sustentáveis para a produção de lítio.

Além disso, Lira falou sobre a iminente conclusão da reforma tributária, que inclui incentivos para ações de proteção ambiental, visando aumentar a competitividade internacional da produção brasileira alinhada com a responsabilidade socioambiental.



BREVE PANORAMA: A COP28 E A PAUTA VERDE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

• Pré-COP28

Nos meses antecedentes à COP-28 em Dubai, a Câmara dos Deputados do Brasil se preparou para aprovar cinco importantes projetos ambientais, visando demonstrar o compromisso do país com a redução das emissões de gases de efeito estufa e avanços tecnológicos para combater as mudanças climáticas. Esses projetos incluíam o **Marco do Hidrogênio Verde**, o **Marco das Eólicas Offshore**, a **Regulamentação do Mercado de Carbono**, **legislação sobre combustíveis renováveis** e o **Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN)**. A expectativa era que estas iniciativas legislativas e executivas reforçassem a posição do Brasil na COP-28, refletindo uma mudança de perspectiva do governo atual em relação ao meio ambiente e atraindo investimentos significativos para o país.

- **MARCO DO HIDROGÊNIO VERDE:** Apesar da aprovação da proposta, que agora segue para o Senado Federal, um acordo entre a Comissão Especial criada na Câmara e o governo reduziu benefícios fiscais previstos inicialmente. Com a aprovação, também foram excluídas as fontes de recursos da União para o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixo Carbono. Todavia, há a previsão da criação do Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, que permitirá a desoneração de impostos federais sobre investimentos.

- **MARCO DAS EÓLICAS OFFSHORE:** A aprovação da matéria com itens extras, que agora retorna para o Senado Federal, recebeu críticas de especialistas do setor elétrico. O texto prevê a prorrogação de desconto no fio para fontes renováveis; prorrogação de subsídios para usinas a carvão; e mudança da sistemática das térmicas a gás previstas na lei da Eletrobras.

- **MERCADO DE CARBONO:** A regulamentação do mercado de carbono no Brasil tem sido um tema de grande discussão nos últimos meses. O Senado Federal, buscando liderar a matéria, aprovou o PL 412/22, criando o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Ao chegar à Câmara dos Deputados, o texto foi apensado ao PL 2148/15. O Deputado Federal Aliel Machado (PV/PR), como relator, conduziu mais de 200 reuniões para discutir o projeto, mas enfrentou divisões dentro da bancada ruralista sobre a inclusão das atividades primárias do setor agrícola no mercado regulado.
- A votação do projeto foi adiada devido ao interesse dos estados amazônicos em controlar o mercado voluntário de carbono em suas jurisdições, o que deslocou o debate para a COP28. Aliel realizou reunião com Lira e a CNI, entre outras entidades, para avançar nas discussões.

- **COMBUSTÍVEL DO FUTURO:** A expectativa é que o relator, Dep. Arnaldo Jardim (CID/SP), apresente seu parecer tão logo a COP-28 acabe. Porém não há expectativa de que matéria seja pautada antes do recesso parlamentar.

- **PROGRAMA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA (PATEN):** O Programa teve a sua urgência pautada e aprovada, mas sem apreciação de mérito. A relatora, Dep. Marussa Boldrin (MDB/GO) chegou, inclusive, a apresentar seu parecer em plenário. Especula-se que a votação não ocorreu devido a incerteza da Fazenda em relação ao impacto que a proposta poderia trazer.

CNI debate estratégias sustentáveis

Ainda no painel *Diálogo Empresarial para uma indústria de baixo carbono* realizado pela CNI, empresários do setor, especialistas e autoridades debateram temas importantes para a indústria, com ações para a descarbonização da produção, transição energética e desafios tecnológicos e regulatórios.

A entidade reforçou que as ações de combate ao aquecimento global serão mais efetivas se forem acompanhadas de medidas consistentes voltadas ao fortalecimento da indústria local e ao cuidado com o meio ambiente.

“Devemos unir esforços em favor da neointustrialização. A indústria brasileira reúne condições únicas para ser umas líderes mundiais da baixa emissão de carbono e da sustentabilidade. Temos uma oportunidade ímpar, talvez a última dessa geração, de revitalizar a indústria brasileira. Com um setor industrial mais inovador, dinâmico e competitivo, o Brasil poderá crescer de forma vigorosa e sustentável e gerar a renda e os empregos necessárias para melhorar a qualidade de vida da população”

Ricardo Alban, presidente da CNI



Créditos: Iano Andrade/CNI



**Em resumo:
Principais temas
em discussão**



Relevância da agenda para o Brasil e engajamento da sociedade civil

O Brasil registrou uma delegação recorde na COP28 – a maior do evento –, indicativo da relevância que o tema tem para governo federal, estados, setor privado e sociedade civil. Se o português brasileiro é uma das línguas mais faladas na COP, as pautas de interesse do país também repercutiram. Em discurso, o presidente Lula reforçou a valorização dos nossos ativos, cobrou os países ricos em relação aos compromissos assumidos e destacou os aspectos sociais da agenda.

A sociedade civil tem participado como observadora das discussões globais e apresentado pautas relevantes voltadas para a transição justa e inclusiva, além de questões de direitos humanos e valorização de comunidades tradicionais. O setor privado também participa com grandes delegações, debatendo como os diferentes setores podem participar da transição para uma economia verde.

Ministros e representantes do Governo Brasileiro fizeram anúncios sobre o Plano de Transformação Ecológica durante os painéis. Os discursos, principalmente da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva e do Ministro da Fazenda Fernando Haddad, valorizaram os ativos do Brasil que precisam ser preservados, como a biodiversidade, captura de carbono, água e recursos naturais, juntamente com a valorização dos povos indígenas que atuam na linha de frente na preservação das florestas. Alinhado com o discurso da necessidade de remuneração por manter esses ativos, que prestam valiosos serviços ambientais para o planeta, o BNDES lançou em Dubai dois programas de financiamento para restauração florestal que totalizam R\$1 bilhão.





Transição energética

A transição energética é um dos temas-chave para compreender o debate sobre as mudanças climáticas. Na COP28 ainda resta a dúvida de como virá a declaração final: redução gradual ou banimento dos combustíveis fósseis? Há argumentos dos dois lados: ativistas e cientistas afirmam que é necessário sair completamente dessa fonte energética para conseguirmos cumprir a meta do Acordo de Paris, enquanto outros especialistas e representantes do setor de óleo e gás indicam que abandonar os combustíveis fósseis por completo não seria viável e apresentam alternativas que tratam de eficiência energética e tecnologias de captura e estocagem de carbono. Ainda há muita discussão pela frente para consolidar uma solução prezando pelo equilíbrio entre os setores e criar uma transição justa.

O documento preliminar do Balanço Global (Global Stocktake, GST) apresentado na COP28 inclui a eliminação progressiva do uso de combustíveis fósseis. Como o documento é preliminar e há outras opções de texto sendo debatidas, servirá de base para o que será apresentado no fim da conferência. A versão final trará a definição se esse trecho permanece.





Transição justa

Na agenda da transição justa, houve a aprovação, no primeiro dia de evento, de um fundo de reparação por perdas e danos provocados pelas mudanças climáticas, que já reuniu US\$725 milhões. O investimento soma-se com outros para um total de US\$57 bilhões em novos compromissos: US\$30 bilhões em um fundo dos Emirados Árabes Unidos focado em soluções para mudanças climáticas; US\$9 bilhões anunciados anualmente pelo Banco Mundial; US\$3 bilhões para o Fundo Verde para o Clima; US\$2,7 bilhões para a saúde; US\$2,6 bilhões para proteção da natureza; US\$1,2 bilhões para ajuda humanitária, recuperação e paz; US\$2,5 bilhões para energias renováveis e US\$1,2 bilhões para a redução do metano.

Mercado de carbono

As conversas sobre o mercado de carbono estão intensas, voltadas à integridade e confiabilidade no mundo todo. No Brasil, há uma grande expectativa acerca da aprovação do mercado regulado. No cenário global o Artigo 6 do Acordo de Paris, que trata da negociação de créditos de carbono entre os países, ainda precisa ser regulamentado e as expectativas são de que as conversas avancem.



Mudanças climáticas em debate

Paralelamente aos debates na plenária principal acontecem centenas de discussões e painéis temáticos nos pavilhões destinados à agenda de combate às mudanças climáticas. São diferentes abordagens que figuram entre adaptação, mitigação, resiliência, inclusão e justiça climática como eixos centrais das programações. O estudo “A climate finance framework: decisive action on the Paris Agreement”, lançado na conferência, afirma que, para o mundo em desenvolvimento e as economias emergentes se prepararem adequadamente aos desafios da crise climática, serão necessários US\$ 2,4 trilhões ao ano, sem contar as demandas da China.

Críticas ao Brasil

Na segunda-feira, 4 de dezembro, o Brasil recebeu o antiprêmio Fóssil do Dia, que indica os países que estão bloqueando a negociação e os caminhos para combater a crise climática. Segundo a Climate Action Network, criadora do “prêmio”, o Brasil ao mesmo tempo que propõe soluções para combater a crise climática e divulga o seu potencial para uma matriz energética limpa anuncia na Conferência a entrada na OPEP+.

Equidade de Gênero

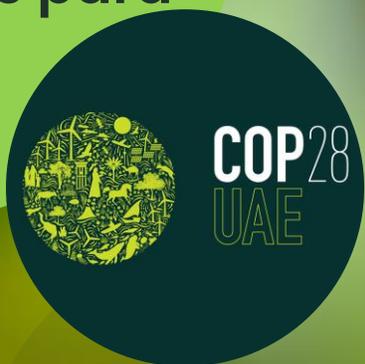
As discussões sobre equidade de gênero e o protagonismo das mulheres no combate às mudanças climáticas vêm ganhando espaço e notoriedade nos principais palcos e pavilhões.

A COP28 contou com a presença de Hillary Clinton, Kara Hurst e Sima Bahous que destacaram a evidente necessidade de avanços e os caminhos para a equidade e como as mulheres podem liderar temáticas como tecnologias climáticas e agricultura familiar. Foi lançada, inclusive, uma parceria para apoiar o empoderamento econômico das mulheres e a transição climática justa.





Indústria: Estratégias sustentáveis e perspectivas para COP30



A indústria é parte da solução para frear o aquecimento global

As iniciativas do setor industrial são decisivas no combate ao aquecimento global, por isso, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) acompanha de perto as negociações técnicas e políticas sobre os principais assuntos que estão em debate na COP28.

Com participação expressiva no evento – este ano, com uma delegação recorde com mais de 100 empresários e um estande próprio –, a entidade apresenta os esforços que a indústria brasileira vem fazendo para descarbonizar a produção e ajudar o país a cumprir os compromissos do Acordo de Paris. Também busca identificar as oportunidades de negócios e de investimentos abertas pela transição energética e pela economia de baixo carbono.

Para a CNI, a indústria brasileira reúne condições únicas para ser umas líderes mundiais da baixa emissão de carbono e da sustentabilidade. Em encontro com empresários, representantes do governo e de instituições, em Dubai, o presidente da instituição, Ricardo Alban, destacou que as ações de combate ao aquecimento global serão mais efetivas se forem acompanhadas de medidas consistentes voltadas ao fortalecimento da indústria nacional e ao cuidado com o meio ambiente.

Temas como as ações para a descarbonização da produção, transição energética e desafios tecnológicos e regulatórios – em especial, a regulamentação do mercado de carbono – têm sido tema de debates.

“Devemos conhecer o valor econômico da nossa biodiversidade e propor políticas públicas que estimulem o uso sustentável da biodiversidade e incentivem os investimentos em pesquisa e inovação. Para isso, é essencial a aprovação de marcos legais que deem segurança e previsibilidade aos investidores. Precisamos promover o encadeamento da produção nacional para sermos mais competitivos, e avançar na digitalização para aumentarmos a produtividade”

Ricardo Alban, presidente da CNI

Parceria da CNI com americanos e árabes para a COP30

Durante a COP28, a CNI formalizou parceria com quatro instituições para desenvolver estratégias conjuntas para participação integrada na COP30, que será realizada em Belém (PA) em 2025 e promete ser um marco para o avanço nas negociações sobre o clima. Os documentos foram assinados com a Câmara de Comércio dos Estados Unidos (US Chamber), a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, a Amcham Brasil e o First Abu Dhabi Bank.

O acordo busca desenvolver uma agenda positiva entre os setores empresariais dos dois países direcionada a uma economia de baixo carbono. Entre os compromissos, estão a troca de informações sobre cooperação comercial, econômica e social para potencial estreitamento de relações entre Brasil e Estados Unidos na agenda da COP30; ajuda mútua para a organização e participação em ações como conferências e seminários antes e durante a COP; e a busca de oportunidades de cooperação ou parceria que possuam sinergia com a Agenda do Clima.

seta. **beon**
FSB holding FSB holding

Obrigad_.

www.setasolutions.com.br
www.beonesg.com

